



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando os mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações. Este relatório está estruturado em quatro seções: informações gerais, políticas contábeis, demonstrativos contábeis e informações relevantes e declarações de regularidade de inventário.

1. Informações Gerais

O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, cadastrado no CNPJ sob o nº 83.845.701/0001-59, com sede na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis, SC, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado catarinense, num total de 111 Comarcas constituídas. São órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça, segundo a Lei Complementar nº 148/96 e os Atos Regimentais nº 41/2000, 57/2002, 59/2003 e 85/2007:

- I - O Tribunal Pleno - com todos os membros do Tribunal;
- II - A Seção Civil e Seção Criminal;
- III - Os Grupos de Câmaras, o Grupo de Direito Civil, constituído pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Civil; o Grupo de Direito Comercial composto pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Comercial; e o Grupo de Direito Público integrado pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Público;
- IV - As Câmaras Cíveis Isoladas, com a denominação de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Civil; Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Comercial; e, Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Público;
- V - As Câmaras Criminais Isoladas, com a denominação de Primeira, Segunda e Terceira;
- VI - O Conselho da Magistratura.

A organização da Justiça nos Estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, III, 98, 100 e 125), pelas contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) e pelas disposições da Constituição do Estado de Santa Catarina. O art. 77 da Constituição Estadual enumera os órgãos que integram o Poder Judiciário do Estado: "I - o Tribunal de Justiça; II - os Tribunais do Júri; III - os Juízes de Direito e os Juízes Substitutos; IV - a Justiça Militar; V - os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; VI - a Câmara Regional de Chapecó; VII - os Juízes de Paz; VIII - outros órgãos instituídos em lei".

2. Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis inseridas nesta Prestação de Contas estão em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público e foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real. A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pela Resolução nº 34/2011 GP. O objetivo foi atender o inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP); bem como os Princípios de Contabilidade. Por isso, a conta de Depreciação Acumulada apresenta valores referentes aos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Pela norma interna, ficaram dispensados desses procedimentos os bens na seguinte situação:

- I - vida útil inferior a um ano;
- II - valor inferior a mil reais;
- III - natureza cultural, interesse histórico, entre outros;
- IV - de uso comum, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- V - que não estejam alugados ou em uso;
- VI - terrenos.

O método de depreciação e amortização é o de quotas constantes. O valor residual (calculado sobre o valor de aquisição), a vida útil e as taxas de depreciação e amortização aplicadas são as seguintes:

Imobilizado	Vida Útil em anos	Vl. Residual %	Depreciação %
Edificações	25	10%	4,0%
Instalações	10	10%	10,0%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10,0%
Equipamentos de Tecnologia da Informação	5	10%	20,0%
Móveis e Utensílios	10	10%	10,0%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10,0%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10,0%
Mobiliário em Geral	10	10%	10,0%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%	10,0%
Coleções de Materiais Bibliográficos	10	0%	10,0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%	20,0%
Veículos Diversos	15	10%	6,7%
Veículos de Tração Mecânica	15	30%	6,7%
Veículos de Uso da Secretaria	5	40%	20,0%
Veículos de Carga	10	50%	10,0%
Softwares	5	-	20,0%

Quadro 1: Taxas de depreciação do imobilizado.

3. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

3.1 Balanço Financeiro

Este demonstrativo apresenta as receitas e despesas para os exercícios de 2020 e 2019, conforme determina a Lei nº 4.320/64 e as normas da STN (ver quadro 2). As receitas orçamentárias referem-se aos recursos cuja arrecadação ocorreu no Tribunal de Justiça. As receitas ordinárias decorrem de rendimentos de aplicações financeiras e as vinculadas, principalmente, de serviços administrativos (inscrições em concurso) e operacionalização da Folha de Pagamentos, bem como de rendimentos bancários.

As receitas arrecadadas pelo Tesouro e repassadas ao Poder Judiciário estão registradas na conta Transferências Recebidas para Execução Orçamentária. A rubrica relativa a pagamentos restituíveis e valores vinculados incluem, principalmente, os desembolsos referentes a depósitos judiciais, precatórios do Estado e Municípios e retenções tributárias.

BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Receita Orçamentária (I)	57.500.954,60	116.782.983,03
Ordinária	41.057.551,99	109.678.595,76
Vinculada	16.443.402,61	7.104.387,27
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	388.716,20	892.445,26
Outras Vinculações de Recursos	16.054.686,41	20.075.161,35
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.039.478.863,17	2.210.761.641,40
Transf. Recebidas para a Execução Orçamentária	2.029.098.241,13	1.989.801.282,30
Transf. Recebidas Indep. da Execução Orçamentária	10.380.622,04	220.960.359,10
Recebimentos Extraorçamentários (III)	4.221.305.875,52	5.488.748.350,90
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.264.550,20	18.416.620,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.220.041.325,32	5.470.331.730,80
Saldo do Exercício Anterior (IV)	6.367.195.937,63	6.191.622.533,97
Caixa e Equivalente de Caixa	6.367.195.937,63	6.191.622.533,97
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	12.685.481.630,92	14.007.915.509,30
Despesa Orçamentária (VI)	2.123.869.881,64	2.087.344.973,09
Ordinária	1.846.191.991,65	1.830.889.746,03
Vinculada	277.677.889,99	256.455.227,06
Recursos Vinculados à Previdência Social	277.677.889,99	255.480.418,82
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	-	-
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	-	629.960,00
Outras Vinculações de Recursos	-	363.660,54
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	26.452.775,87	489.978.842,80
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	16.072.153,83	269.018.483,70
Transf. Concedidas Indep. Da Execução Orçamentária	10.380.622,04	220.960.359,10
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	4.293.937.405,06	5.063.395.755,78
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	13.727.858,80	9.209.172,31
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.280.209.546,26	5.054.186.583,47
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	6.241.221.568,35	6.367.195.937,63
Caixa e Equivalente de Caixa	6.241.221.568,35	6.367.195.937,63
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	12.685.481.630,92	14.007.915.509,30

Quadro 2: Balanço Financeiro.

As rubricas desta demonstração, no entanto, não informam a efetiva movimentação financeira quanto à execução orçamentária, pois, as despesas orçamentárias são compostas pelo total empenhado no exercício, R\$ 2.123.869.881,64, conforme se pode verificar no balanço orçamentário (ver quadro 5). Desse montante, R\$ 1.264.550,20 não foram pagas, mas inscritos em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários. Nesse balanço, estão expressos ainda os valores da execução extraorçamentária, de modo que o resultado, R\$ 6.241.221.568,35, equivale ao saldo bancário disponível em 31.12.2020, conforme se demonstra no quadro 3.

Conta Bancária	Descrição	Saldo em 31/12 de	
		2020	2019
30000-4 - BB	Transferência para execução orçamentária e receitas próprias	72.929.177,75	111.166.347,36
33000-0 - BB	Rendimentos de Depósitos Judiciais - Spred	141.446.826,99	158.459.315,29
38000-8 - BB	Depósitos Judiciais	8.103,26	-
7-7 - CEF	Depósitos Judiciais	5.766.928.423,91	5.787.886.665,05
24-7 - CEF	Depósitos de precatórios do Estado	192.296.962,46	233.893.275,41
23-9 - CEF	Depósitos de precatórios dos Municípios	66.402.286,65	74.659.145,15
Contas Diversas	Cauções	1.209.787,33	1.131.189,37
Total Geral		6.241.221.568,35	6.367.195.937,63

Quadro 3: Demonstrativo de disponibilidades bancárias.

3.2 Balanço Orçamentário

Este demonstrativo apresenta o resultado da execução orçamentária e dos restos a pagar. É composto pelos quadros da Receita Orçamentária (quadro 4), Despesas Orçamentárias (quadro 5) e Restos a Pagar não Processados (quadro 6).

Observa-se, no quadro 4, que as receitas realizadas importaram em R\$ 57.500.954,60. Porém, como a previsão era de se arrecadar R\$ 115.636.502,20, o resultado foi negativo em R\$ 58.135.547,40. O déficit apresentado nesse balanço foi de R\$ 2.066.368.927,04 e representa a diferença entre as receitas realizadas e o saldo atualizado das despesas empenhadas. Mas, se forem considerados os repasses para execução orçamentária, no valor de R\$ 2.029.098.241,13, conforme apresentado no quadro 2, o déficit é de R\$ 37.270.685,91.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2020

Valores em R\$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Atualizada	Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	115.636.502,20	115.636.502,00	57.112.238,40	-58.524.263,60
Receita patrimonial	109.396.502,00	109.396.502,00	42.344.144,92	-67.052.357,08
Receita de serviços	6.240.000,00	6.240.000,00	3.913.420,61	-2.326.579,39
Outras Receitas Correntes	-	-	10.854.672,87	10.854.672,87
Receitas de Capital	-	-	388.716,20	388.716,20
Alienação de bens	-	-	388.716,20	388.716,20
Total Receitas	115.636.502,20	115.636.502,00	57.500.954,60	-58.135.547,40
Déficit	-	-	2.066.368.927,04	-
Total	115.636.502,20	115.636.502,00	2.123.869.881,64	-58.135.547,40
Superávit Financeiro	-	148.895.316,74	192.824.908,82	-

Quadro 4: Balanço Orçamentário: Receitas Orçamentárias.

O quadro 5 apresenta as despesas orçamentárias, onde se verifica que as despesas liquidadas e pagas atingiram R\$ 2.122.605.331,44, as quais, que somadas aos restos a pagar executados no período (quadro 6), totalizaram R\$ 2.136.333.190,24.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2020

Valores em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas correntes	1.838.501.588,00	2.281.866.726,90	2.116.500.250,15	2.115.286.033,53	2.115.286.033,53	165.366.476,75
Pessoal/enc.sociais	1.486.464.798,00	1.900.127.634,68	1.847.761.972,11	1.847.599.176,99	1.847.599.176,99	52.365.662,57
Out. desp. correntes	352.036.790,00	381.739.092,22	268.738.278,04	267.686.856,54	267.686.856,54	113.000.814,18
Desp.de Capital	20.621.188,00	47.440.674,57	7.369.631,49	7.319.297,91	7.319.297,91	40.071.043,08
Investimentos	20.621.188,00	47.440.674,57	7.369.631,49	7.319.297,91	7.319.297,91	40.071.043,08
Inv. Financeiras	-	-	-	-	-	-
TOTAL DESPESAS	1.859.122.776,00	2.329.307.401,47	2.123.869.881,64	2.122.605.331,44	2.122.605.331,44	205.437.519,83
Superávit	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.859.122.776,00	2.329.307.401,47	2.123.869.881,64	2.122.605.331,44	2.122.605.331,44	205.437.519,83

Quadro 5: Balanço Orçamentário: Despesas Orçamentárias.

Em 2020, não houve inscrição de Restos a Pagar Processados. Os Restos a Pagar Não Processados, inscritos no exercício anterior e pagos em 2020, totalizaram R\$ 18.416.620,10, conforme se demonstra no quadro 6.

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO 2020

Valores em R\$

Restos a Pagar Não Processados	INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/Dez Ex. Anteriores				
Despesas Correntes	-	15.413.783,75	11.304.998,41	11.304.998,41	4.108.785,34	-
Pessoal/Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Outras Desp. Correntes	-	15.413.783,75	11.304.998,41	11.304.998,41	4.108.785,34	-
Despesas de Capital	-	3.002.836,35	2.422.860,39	2.422.860,39	579.975,96	-
Investimentos	-	3.002.836,35	2.422.860,39	2.422.860,39	579.975,96	-
TOTAL	-	18.416.620,10	13.727.858,80	13.727.858,80	4.688.761,30	-

Quadro 6: Balanço Orçamentário: Restos a Pagar Não Processados.

Observa-se que, do total de restos inscrito, R\$ 13,7 milhões ou 74% foram liquidados e pagos, enquanto o restante foi cancelado. Referente às despesas correntes, o percentual de cancelamento foi de 27%, enquanto das despesas de capital, foi de 19%. Esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento do exercício seguinte.

3.3 Balanço Patrimonial

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro de 2020 e 2019. No ativo, estão demonstradas as contas que representam os recursos aplicados nas atividades do órgão e no passivo, as origens desses recursos. No quadro 7, apresenta-se o Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL		Valores em R\$	
Contas	31/12/2020	31/12/2019	
ATIVO	6.725.035.745,38	6.863.230.662,51	
Ativo Circulante	6.267.898.443,44	6.392.240.270,21	
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.241.221.568,35	6.367.195.937,63	
Créditos Decorrentes da Participação na RLD	-	6.203.753,15	
Adiantamentos Concedidos - Intra	10.272.365,62	-	
Estoques	9.094.045,87	7.194.038,80	
Prêmios de Seguros a Apropriar	-	-	
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	7.183,06	163.460,31	
Adiantamentos Concedidos a Fornecedores	7.303.280,54	11.483.080,32	
Ativo Não-Circulante	457.137.301,94	470.990.392,30	
INVESTIMENTOS	88.281,88	88.281,88	
IMOBILIZADO	432.172.514,76	432.459.455,61	
Bens Móveis	259.322.529,88	251.845.221,84	
Bens Imóveis	317.855.490,50	307.225.290,06	
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	- 145.005.505,62	- 126.611.056,29	
INTANGÍVEL	24.876.505,30	38.442.654,81	
Softwares	118.902.863,17	117.152.836,34	
(-) Amortização Acumulada	- 94.026.357,87	- 78.710.181,53	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.725.035.745,38	6.863.230.662,51	
Passivo Circulante	6.026.967.626,20	6.098.605.193,50	
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a CP	54.734,59	921.075,76	
Precatórios de Fornecedores a Curto Prazo	42.871,50	66.074,49	
Valores Restituíveis	6.026.870.020,11	6.087.038.241,05	
Outras Obrigações a Curto Prazo	-	10.579.802,20	
Passivo Não-Circulante	7.126.593,94	11.918.114,56	
Precatórios de Pessoal a Pagar	7.126.593,94	11.918.114,56	
Patrimônio Líquido	690.941.525,24	752.707.354,45	
Resultados Acumulados	690.941.525,24	752.707.354,45	

Quadro 7: Balanço Patrimonial.

As disponibilidades financeiras estão registradas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que contém recursos próprios, 3,43%, e de terceiros, 96,57%. No exercício anterior, essa relação foi de 4,4% para 95,6%.

Na conta Direitos a Curto Prazo, o saldo inicial de créditos de participação na RLD, no valor de R\$ 6.203.753,15, foi liquidado em 2020. Na conta Adiantamentos Concedidos – Intra estão registrados R\$ 29.697,62 referente a Créditos a Receber por Cessão de Pessoal e R\$ 10.242.668,00 repassados ao Poder Executivo através de Convênio, sendo R\$ 10.000.000,00, em 19 de março e o restante, em 26 de maio, ambos em 2020. O prazo para prestação de Contas é de 120 dias, conforme disposto em Resolução Conjunta GP/CGJ n. 4, de 19 de março de 2020. Porém, até o encerramento do exercício não houve prestação de contas pelo Chefe do Poder Executivo.

O saldo da conta Adiantamentos concedidos a fornecedores, no valor de R\$ 7.303.280,54, refere-se a despesas de informática, cujo detalhamento está demonstrado no quadro 8.

Razão Social	CNPJ	Serviço	Valor em R\$	Prazo
Freenet Informática Ltda	67.537.563/0001-94	Manutenção e Conservação de Software	189.630,00	35 meses
Pitang Consultoria e Sistemas S/A	06.214.736/0001-49	Manutenção e Conservação de Software	68.147,36	2 meses
PtIs Serv. de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda	09.162.855/0005-17	Locação de Softwares	3.235.748,00	16 meses
Teletex Computadores e Sistemas Ltda	79.345.583/0001-42	Garantia estendida de equip. de informática	2.693,58	1 mês
Teltec Soluções Ltda	04.892.991/0001-15	Renovação de Licença de Softwares	3.807.061,60	36 meses
Total			7.303.280,54	

Quadro 8: Adiantamentos Concedidos a Fornecedores.

Na conta Estoques, referente a 2020, estão registrados materiais de consumo e bens móveis, no valor de R\$ 3.094.508,27 e R\$ 5.999.537,60, respectivamente, os quais se encontravam depositados no Almojarifado Central, na data de fechamento do balanço.

A conta investimentos (R\$ 88.281,88) se refere a participações em companhias de telefonia, avaliados pelo método de custo e o imobilizado se subdivide em Bens Móveis, Imóveis e Depreciação Acumulada. A classificação dos bens móveis está demonstrada no quadro 9.

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Bens Móveis	259.322.529,88	251.845.221,84
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	40.960.583,53	38.882.156,14
Equipamentos de Tecnologia da Informação	132.201.920,57	126.629.436,80
Aparelhos e Utensílios Domésticos	584.640,38	583.070,09
Máquinas e Utensílios de Escritório	12.786.029,65	12.904.164,65
Mobiliário em Geral	58.872.126,42	58.368.114,83
Coleções de Materiais Bibliográficos	1.271.973,97	1.271.973,97
Obras de Arte e Peças para Exposição	331.080,07	1.080,07
Veículos em Geral	249.949,99	249.949,99
Veículos de Tração Mecânica	12.064.225,30	12.955.275,30

Quadro 9: Bens Móveis.

Os bens imóveis são compostos por edificações, terrenos e instalações, além dos bens em construção, conforme demonstra o quadro 10.

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Bens Imóveis	317.855.490,50	307.225.290,06
Bens de Uso Especial	313.287.555,72	304.083.530,56
Edificações	254.029.131,97	244.825.106,81
Terrenos	59.258.423,75	59.258.423,75
Bens Imóveis em Andamento	2.698.197,43	2.950.400,89
Obras em Andamento	2.683.467,43	2.935.670,89
Estudos e Projetos	14.730,00	14.730,00
Instalações	1.869.737,35	183.363,61
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	-	7.995,00

Quadro 10: Bens Imóveis.

A conta Edificações apresenta saldo no valor de R\$ 254.029.131,97, o qual inclui bens ainda não incorporados no sistema de patrimônio, no valor total de R\$ 40.837.868,49, o qual se refere a edificações ainda não registradas no sistema de patrimônio (ver quadro 12).

No quadro 11 estão demonstrados os bens já incorporados, totalizando R\$ 213.191.263,48. A conta de instalações apresenta saldo de R\$ 2.683.467,43 e a diferença de R\$ 183.363,61 se refere ao edifício da Comarca de São Miguel do Oeste, ainda não registrado no sistema de patrimônio.

BENS IMÓVEIS

Valores em R\$

COMARCA/UNIDADE	TERRENO	EDIFÍCIO	INSTALAÇÕES
Abelardo Luz	0,01	0,25	-
Abelardo Luz - para o novo fórum	960.000,00	-	-
Anchieta	0,50	27,04	-
Anita Garibaldi	290,90	44,36	-
Araranguá	0,01	0,03	-
Armazém	120.000,00	4.434.658,02	-
Ascurra	30.000,00	4.008.850,07	-
Balneário Camboriú	105.355,13	3.416.338,00	71.038,64
Balneário camboriú - Vara da Família	0,01	-	-
Balneário Piçarras	81.336,41	2.600.000,00	-
Barra Velha	4.500,00	776.228,06	-
Biguaçu	5,78	84,74	-

Quadro 11: Bens Imóveis - continua.

BENS IMÓVEIS

Valores em R\$

COMARCA/UNIDADE	TERRENO	EDIFÍCIO	INSTALAÇÕES
Blumenau	550.000,00	-	-
Blumenau - Furb	0,01	1,94	-
Bom Retiro	0,18	82.687,86	-
Braço do Norte	0,01	0,01	-
Brusque	1.850.000,00	108.584,16	-
Caçador	0,01	0,01	-
Camboriú	400.000,00	1.268.922,68	-
Campo Erê	30.000,00	1.095.137,70	-
Campos Novos - para o novo fórum	1.520.000,00	-	-
Campos Novos	0,27	7,25	-
Canoinhas	1.000.000,00	20.064.313,26	-
Capinzal	0,01	0,39	-
Capital	19.058,29	-	-
Capital - Fórum Dist. Norte da Ilha (Ufsc)	-	1.921.063,62	-
Capital - Fórum Eduardo Luz	2.910.000,00	2.910.000,00	-
Catanduvas	48.000,00	2.345.521,21	-
Chapecó - Fórum Atual	91.101,18	8.538.113,20	1.498.197,20
Chapecó - Fórum Antigo	0,01	0,02	-
Concórdia	62.429,00	6.641.508,72	-
Concórdia - para o novo fórum	320.000,00	-	-
Coronel Freitas	8.671,00	674.847,00	-
Correia Pinto	51.350,00	-	-
Criciúma	8.000,00	-	-
Cunha Porã	10,90	18,38	-
Curitibanos - para o novo fórum	92.659,00	-	-
Curitibanos	0,01	0,91	-
Descanso	15.000,00	2.788.606,06	-
Dionísio Cerqueira - C.Cidadania Palma Sola	5.000,00	-	-
Dionísio Cerqueira	0,01	43,80	-
Forquilha	93.309,46	4.475.406,84	-
Fraiburgo	40.000,00	1.364.410,72	4.645,56
Garopaba - para o novo fórum	1.735.642,77	-	-
Garuva - para o novo fórum	827.215,20	-	-
Gaspar	285.500,17	23.040.984,14	-
Guarairim - Fórum Antigo	0,01	0,01	-
Guaramirim	70.000,00	2.500.000,00	-
Herval D'Oeste - para o novo fórum	400.000,00	-	-
Ibirama	20.000,00	1.384.257,44	-
Içara	10.000,00	1.604.203,18	-
Imarui	23.000,00	541.015,66	-
Imbituba - para o novo fórum	132.709,89	-	-
Imbituba - para o novo Tribunal do Júri	32.000,00	-	-
Imbituba	13,63	43,53	-
Indaial	965.000,00	1.094.506,77	5.128,54
Itá	359.540,75	111.775,51	-
Itaiópolis	0,01	0,01	-
Itajaí - Fórum Atual	784.494,26	-	-
Itajaí - Fórum Antigo	0,01	0,01	-
Itapema	200.000,00	1.380.945,86	-
Itapiranga	0,01	0,01	-
Itapoá	150.000,00	330.000,00	-
Ituporanga - para ampliação do fórum	71.812,27	-	-
Ituporanga	1,09	64,62	-
Jaguaruna	15.000,00	-	-
Jaraquá do Sul	0,01	0,02	-
Joaçaba	0,01	938.950,29	-

Quadro 11: Bens Imóveis - continua.

BENS IMÓVEIS

Valores em R\$

COMARCA/UNIDADE	TERRENO	EDIFÍCIO	INSTALAÇÕES
Joinville - para ampliação do fórum	428.000,00	-	-
Joinville	2.445,45	-	-
Lages	10,26	2.717,73	-
Lages - Fórum Antigo	0,01	0,01	-
Laguna	0,01	3.091.564,73	8.490,00
Lauro Muller	70.000,00	-	-
Lebon Régis	31.500,00	438.906,00	-
Mafra	0,01	0,01	-
Maravilha	0,01	55,30	-
Modelo - para o novo fórum	22.592,00	-	-
Mondaí	0,01	0,25	-
Navegantes	150.000,00	-	-
Orleans	0,01	0,01	-
Otacílio Costa	96.000,00	-	-
Palhoça	750.000,00	-	-
Palmitos	0,01	0,24	-
Papanduva	0,03	32,74	-
Pinhalzinho	181.216,26	-	-
Pinhalzinho - Fórum Antigo	0,01	2,06	-
Pomerode	80.000,00	4.215.925,38	-
Ponte Serrada	0,01	555.669,70	73.923,30
Porto Belo	50.000,00	1.631.499,72	-
Porto União	7,27	82,84	-
Presidente Getúlio	150.000,00	150.000,00	-
Presidente Getúlio - C.Cidadania Vitor Meirelles	60.182,72	132.162,02	-
Presidente Getúlio - para o novo fórum	487.645,54	-	-
Quilombo	25.640,00	475.988,80	-
Rio do Campo	200.000,00	326.246,40	-
Rio do Oeste - para o novo fórum	37.395,00	-	-
Rio do Sul - Fórum Atual	226.500,00	-	-
Rio do Sul - Fórum Antigo	0,01	16,45	-
Rio Negrinho - para o novo fórum	2.050.000,00	-	-
Rio Negrinho	0,01	0,01	-
Santa Cecília	0,01	1,36	-
Santa Rosa do Sul	120.000,00	311.000,00	-
Santa Rosa do Sul - para o novo fórum	34.500,00	-	-
Santa Rosa do Sul - para o novo fórum	34.500,00	-	-
Santo Amaro da Imperatriz	12,18	575.392,18	-
São Bento do Sul	93.567,72	-	-
São Carlos	0,01	0,26	-
São Domingos	20.000,00	-	-
São Francisco do Sul	0,01	0,01	-
São João Batista	0,01	0,01	-
São Joaquim	27,38	568.909,28	-
São José - Anexo	4.714.927,22	9.285.072,78	-
São José	382.866,30	-	-
São José do Cedro	0,01	0,01	-
São José do Cedro - para o novo fórum	620.000,00	-	-
São Lourenço do Oeste - para o novo fórum	900.000,00	-	-
São Miguel do Oeste	51.229,04	1.962.609,65	-
Seara	0,01	31,34	-
Sombrio - para o novo fórum	1.100.000,00	-	-
Sombrio	0,01	0,02	-
Taió	0,01	6,48	-
Tangará	42.017,00	544.293,75	-
Tijucas - para o novo fórum	1.682.584,77	-	-
Tijucas	72,72	380.527,48	24.950,50

Quadro 11: Bens Imóveis - continua.

BENS IMÓVEIS

Valores em R\$

COMARCA/UNIDADE	TERRENO	EDIFÍCIO	INSTALAÇÕES
Timbó - para o novo fórum	62.986,30	-	-
Timbó	0,01	0,02	-
Trombudo Central	0,01	0,01	-
Tubarão	727,27	2.803.564,38	-
Turvo	50.000,00	3.683.199,71	-
Turvo - Fórum Antigo	0,01	0,01	-
Urubici	30.000,00	437.632,27	-
Urussanga - para o novo fórum	1.015.842,30	-	-
Urussanga	0,01	0,01	-
Videira	0,01	96.370,01	-
Xanxerê	0,01	0,69	-
Xaxim	0,01	0,02	-
Arquivo Central - Palhoça	4.504.142,00	5.025.858,00	-
Arquivo Central - Palhoça	202.930,17	-	-
Casa da Cidadania de Botuverá	10.000,00	381.471,64	-
Casa da Cidadania de Campo Alegre	60.000,00	404.588,41	-
Casa da Cidadania de Canelinha	52.795,20	1.173.518,15	-
Casa da Cidadania de Iraceminha	10.000,00	-	-
Casa da Cidadania de Jaborá	28.557,00	415.518,93	-
Casa da Cidadania de José Boiteux	50.000,00	-	-
Casa da Cidadania de Leoberto Leal	40.000,00	315.000,00	-
Casa da Cidadania de Nova Trento	10.000,00	270.000,00	-
Casa da Cidadania de Piratuba	120.000,00	-	-
Casa da Cidadania de Rio das Antas	29.311,50	757.573,16	-
Casa da Cidadania de Timbó Grande	10.000,00	458.152,15	-
Tribunal de Justiça	181,81	758.958,01	-
Tribunal de Justiça - Almirante Lamego	3.600.000,00	15.898.000,00	-
Tribunal de Justiça - Canasvieiras	10.477.502,89	-	-
Tribunal de Justiça - Presidente Coutinho	7.500.000,00	53.220.969,52	-
	59.258.423,75	213.191.263,48	1.686.373,74

Quadro 11: Bens Imóveis

No quadro 12, estão demonstrados os bens registrados pela contabilidade em 2010, porém, ainda, não incorporados, com exceção do imóvel de Canoinhas, que foi incorporado, mas não contabilizado devido à identificação de bens móveis incluso no valor da edificação. A Divisão de Contabilidade abriu o PA/SEI 25832-98.2020, solicitando providências.

Bens Imóveis Não Incorporados

Valores em R\$

COMARCA/UNIDADE	REGISTRADO SIGEF 01/04/2010
Araranguá	2.740.176,87
Blumenau	4.771.086,34
Canoinhas	20.064.313,26
Correia Pinto	484.746,85
Criciúma	4.058.764,57
Fraiburgo	80.940,38
Itajaí	4.153.370,26
Joinville	5.186.616,57
Lages	10.236,60
Pinhalzinho	2.259.296,91
São Bento do Sul	1.668.747,98
São Domingos	2.566.817,73
São José	4.109.868,98
TJ - Anexo	26.076.556,32
Videira	1.113.733,63
Casa da Cidadania de Iraceminha	466.352,66
Casa da Cidadania de José Boiteux	293.561,61
Casa da Cidadania de Palma Sola	255.118,28
Casa da Cidadania de Piratuba	606.189,21
TOTAL	40.837.868,49

Quadro 12: Bens Imóveis Não Incorporados

Na conta Bens Imóveis em Andamento estão classificadas edificações em uso, no valor de R\$ 2.698.197,43, por deficiência do sistema de patrimônio. Pelo mesmo motivo, os bens reavaliados em 2015 ainda não foram contabilizados. As obras em andamento estão detalhadas no quadro 13:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Casa da Cidadania de Laurentino	299.894,14	299.894,14
Casa da Cidadania de Piratuba	16.058,61	16.058,61
Casa da Cidadania de Victor Meirelles	-	252.203,46
Casa da Cidadania de Witmarsun	296.080,61	296.080,61
Reforma Gráfica	454.277,98	454.277,98
Reforma Academia Judicial - Ed. Almirante Lamego	1.631.886,09	1.631.886,09

Quadro 13: Obras em andamento.

O ajuste a valor realizável dos bens móveis e imóveis adquiridos, recebidos em doação ou construídos em período anterior a 2010, foram reavaliados e ajustados a valor recuperável em 2015, nos termos da Resolução nº 34/2011 GP. O trabalho foi realizado por uma Comissão Especial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, composta por servidores das áreas de Contabilidade, Engenharia, Tecnologia da Informação e Patrimônio.

Os laudos de Reavaliação foram entregues pela Comissão no mês de dezembro de 2015, porém, devido a problemas do Sistema de Patrimônio, não foram contabilizados. Considerando o tempo decorrido, é recomendável nova avaliação, tendo em vista mudanças de natureza qualitativa e quantitativa, conforme recomendam as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público. Além disso, após o exercício de 2015, foram transferidas para outros órgãos as Casas Funcionais das Comarcas de Curitiba, Papanduva, Palmitos, Taió e Videira. Os valores da reavaliação estão demonstrados no quadro 14.

Comarca/Unidade	Laudo de Reavaliação			Em R\$
	Terreno	Edifício	Total	VU/Anos
Abelardo Luz	600.000,00	536.298,00	1.136.298,00	29
Anchieta	490.000,00	545.427,40	1.035.427,40	43
Anita Garibaldi	958.770,00	650.000,00	1.608.770,00	43
Araranguá	2.800.000,00	928.000,00	3.728.000,00	28
Ascurra	300.000,00	3.800.000,00	4.100.000,00	69
Balneário Camboriú - F. Atual	18.102.260,00	4.725.737,00	22.827.997,00	51
Balneário Camboriú - F. Antigo	17.447.950,00	1.276.980,00	18.724.930,00	36
Balneário Piçarras	1.500.000,00	1.400.000,00	2.900.000,00	63
Barra Velha	1.599.960,00	1.520.940,00	3.120.900,00	50
Biguaçu	1.530.000,00	1.619.820,00	3.149.820,00	46
Blumenau F. Atual	9.100.000,00	12.900.000,00	22.000.000,00	51
Blumenau F. Universitário	15.260.160,00	2.523.156,48	17.783.316,48	33
Bom Retiro	250.000,00	730.000,00	980.000,00	43
Braço do Norte	790.058,06	1.712.567,02	2.502.625,08	38
Brusque	8.384.000,00	5.400.000,00	13.784.000,00	38
Caçador	3.072.993,00	1.384.251,90	4.457.244,90	37
Camboriú	3.488.000,00	2.208.000,00	5.696.000,00	62
Campo Erê	2.500.000,00	1.145.130,00	3.645.130,00	53
Campos Novos	2.895.000,00	872.000,00	3.767.000,00	41
Canoinhas	900.000,00	2.500.000,00	3.400.000,00	33
Capinzal	1.500.000,00	1.310.880,00	2.810.880,00	25
Capital - Foro Central	15.723.090,00	47.844.379,32	63.567.469,32	38
Capital - F. Des. Eduardo Luz	11.668.680,00	31.543.715,58	43.212.395,58	61
Capital - F. Distrital Continente	9.120.000,00	2.680.902,10	11.800.902,10	56
Capital - F. Norte da Ilha	-	2.456.848,76	2.456.848,76	54
Catanduvas	1.200.000,00	1.841.088,00	3.041.088,00	63
Chapecó - F. Atual	5.491.496,00	27.580.482,89	33.071.978,89	54
Chapecó - F. Antigo	2.500.000,00	4.155.804,00	6.655.804,00	32
Concórdia	1.092.400,00	7.451.641,39	8.544.041,39	61
Coronel Freitas	750.000,00	1.900.000,00	2.650.000,00	52
Correia Pinto	850.000,00	1.168.000,00	2.018.000,00	55

Quadro 14: Bens Imóveis Reavaliados – Laudo/2015 - continua.

Laudo de Reavaliação				Em R\$
Comarca/Unidade	Terreno	Edifício	Total	VU/Anos
Criciúma	5.000.000,00	5.500.000,00	10.500.000,00	37
Cunha Porã	295.000,00	600.171,88	895.171,88	43
Curitibanos - F. Atual	1.620.000,00	1.722.963,00	3.342.963,00	33
Curitibanos - Casa Funcional/Apto 101	280.000,00	150.000,00	430.000,00	33
Curitibanos - Casa Funcional/Apto 111	5.212.089,00	150.000,00	5.362.089,00	33
Descanso	1.500.000,00	2.044.455,00	3.544.455,00	55
Dionísio Cerqueira	450.000,00	915.708,54	1.365.708,54	46
Forquilha	1.000.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	68
Fraiburgo	1.677.317,50	1.847.716,00	3.525.033,50	49
Gaspar	2.276.089,60	808.716,21	3.084.805,81	43
Guaramirim	2.000.000,00	2.200.000,00	4.200.000,00	63
Ibirama	450.000,00	1.797.265,55	2.247.265,55	49
Içara	600.000,00	1.954.608,94	2.554.608,94	53
Imaruí	600.000,00	900.000,00	1.500.000,00	52
Imbituba - F. Atual	1.425.000,00	522.000,00	1.947.000,00	43
Imbituba - Áreas de terra	480.000,00	-	480.000,00	-
Imbituba - Área "J"	2.580.000,00	-	2.580.000,00	-
Indaial	3.723.864,00	1.293.775,68	5.017.639,68	49
Itaiópolis	1.034.000,00	955.920,00	1.989.920,00	55
Itajaí - F. Atual	13.136.940,00	6.308.578,82	19.445.518,82	37
Itajaí - F. Antigo	4.338.000,00	2.699.976,56	7.037.976,56	25
Itapema	2.645.257,50	2.131.473,60	4.776.731,10	61
Itapiranga	253.794,87	879.407,91	1.133.202,78	26
Itapoá	945.000,00	528.422,74	1.473.422,74	57
Ituporanga	800.000,00	1.000.000,00	1.800.000,00	43
Jaguaruna	1.300.000,00	935.872,49	2.235.872,49	56
Jaraguá do Sul	4.006.750,00	2.155.022,20	6.161.772,20	37
Joaçaba	967.248,00	4.684.486,00	5.651.734,00	39
Joinville - Prédio Sede/ F. Atual	20.919.000,00	10.803.182,87	31.722.182,87	50
Joinville - Prédio Sede/Terreno, nº 2650	4.401.600,00	-	4.401.600,00	-
Lages - F. Atual	5.150.000,00	7.350.000,00	12.500.000,00	39
Lages - F. Antigo	2.115.396,00	964.800,00	3.080.196,00	-
Laguna	1.800.000,00	3.000.000,00	4.800.000,00	31
Lauro Muller	606.660,00	1.059.604,62	1.666.264,62	51
Lebon Régis	700.000,00	730.000,00	1.430.000,00	53
Mafra	2.575.000,00	2.700.000,00	5.275.000,00	37
Maravilha	1.023.717,50	3.500.000,00	4.523.717,50	47
Mondaí	800.000,00	1.048.000,00	1.848.000,00	34
Orleans	1.800.000,00	1.300.000,00	3.100.000,00	33
Otácilio Costa	960.000,00	1.430.000,00	2.390.000,00	65
Palhoça	14.591.408,00	-	14.591.408,00	67
Palmitos - F. Atual	1.600.000,00	1.075.093,00	2.675.093,00	27
Palmitos - Casa Funcional	1.080.000,00	96.000,00	1.176.000,00	-
Papanduva - F. Atual	300.000,00	640.860,00	940.860,00	43
Papanduva - Casa Funcional	180.000,00	49.500,00	229.500,00	-
Pinhalzinho - F. Atual	2.850.000,00	1.760.000,00	4.610.000,00	63
Pinhalzinho - F. Antigo	350.400,00	191.979,90	542.379,90	-
Pomerode	1.775.000,00	1.864.000,00	3.639.000,00	53
Ponte Serrada	450.000,00	400.000,00	850.000,00	35
Porto Belo	2.731.768,00	2.131.473,60	4.863.241,60	62
Porto União	2.400.000,00	1.200.000,00	3.600.000,00	38
Presidente Getúlio	750.000,00	700.000,00	1.450.000,00	48
Quilombo	1.580.800,00	831.570,07	2.412.370,07	52
Rio do Sul - F. Atual	1.379.049,63	1.584.674,02	2.963.723,65	38
Rio do Sul - Futuro Fórum	4.200.000,00	-	4.200.000,00	-
Rio Negrinho	600.000,00	450.000,00	1.050.000,00	39

Quadro 14: Bens Imóveis Reavaliados – Laudo/2015 - continua.

Laudo de Reavaliação

Em R\$

Comarca/Unidade	Terreno	Edifício	Total	VU/Anos
Santa Cecília	675.000,00	1.000.000,00	1.675.000,00	32
Santa Rosa do Sul	500.000,00	530.000,00	1.030.000,00	61
Santo Amaro da Imperatriz	6.489.000,00	772.580,00	7.261.580,00	52
São Bento do Sul	1.300.000,00	2.680.902,10	3.980.902,10	57
São Carlos	450.000,00	320.000,00	770.000,00	34
São Domingos	840.000,00	2.131.473,60	2.971.473,60	64
São Francisco do Sul	251.647,50	2.695.808,97	2.947.456,47	30
São João Batista	900.000,00	415.000,00	1.315.000,00	40
São Joaquim	1.632.500,00	2.220.327,76	3.852.827,76	51
São José	1.674.088,67	9.178.784,33	10.852.873,00	51
São José do Cedro	516.000,00	388.000,00	904.000,00	29
São Miguel do Oeste	2.559.600,00	2.640.120,00	5.199.720,00	53
Seara	903.000,00	1.015.000,00	1.918.000,00	43
Sombrio	1.250.000,00	860.000,00	2.110.000,00	36
Taió - F. Atual	1.010.000,00	893.270,00	1.903.270,00	42
Taió - Apartamento	-	120.000,00	120.000,00	-
Tangará	800.000,00	1.500.000,00	2.300.000,00	49
Tijucas	1.319.211,00	991.751,44	2.310.962,44	45
Timbó - F. Atual	1.600.000,00	950.000,00	2.550.000,00	26
Timbó - Terreno urbano	1.800.000,00	-	1.800.000,00	-
Trombudo Central	820.000,00	580.000,00	1.400.000,00	40
Tubarão	2.814.000,00	5.013.000,00	7.827.000,00	48
Turvo - F. Atual	880.000,00	1.735.612,61	2.615.612,61	68
Turvo - F. Antigo	733.440,00	471.040,00	1.204.480,00	35
Urubici	600.000,00	1.000.000,00	1.600.000,00	49
Urussanga	600.000,00	669.144,00	1.269.144,00	29
Videira - F. Atual	2.100.000,00	2.453.157,98	4.553.157,98	37
Videira - Casa funcional (A)	778.356,00	221.932,00	1.000.288,00	37
Videira - Casa Funcoinal (B)	-	214.654,55	214.654,55	37
Xanxerê	2.250.000,00	3.129.152,18	5.379.152,18	33
Xaxim	840.000,00	1.631.697,62	2.471.697,62	34
Botuverá	281.922,69	183.279,60	465.202,29	59
Campo Alegre	744.000,00	-	744.000,00	57
Iraceminha	198.000,00	350.000,00	548.000,00	59
Jaborá	300.000,00	457.356,00	757.356,00	n/d
José Boiteux	264.000,00	400.000,00	664.000,00	46
Leoberto Leal	200.000,00	309.458,06	509.458,06	53
Nova Trento	270.000,00	310.000,00	580.000,00	48
Palma Sola	180.000,00	213.875,00	393.875,00	39
Piratuba	413.790,00	462.853,51	876.643,51	59
Rio das Antas	301.908,45	500.000,00	801.908,45	59
Timbó Grande	1.000.000,00	500.000,00	1.500.000,00	57
Vitor Meirelles	180.000,00	400.000,00	580.000,00	61
Tribunal de Justiça - Torre I	-	71.752.369,39	71.752.369,39	28
Tribunal de Justiça - Torre II	-	60.487.546,67	60.487.546,67	62
Almoxarifado e Gráfica	3.642.774,39	2.053.796,74	5.696.571,13	46
Almoxarifado e Gráfica - Gráfica	-	423.083,72	423.083,72	48
TOTAL	328.993.205,36	459.085.356,87	788.078.562,23	-

Quadro 14: Bens Imóveis Reavaliados – Laudo/2015.

O saldo das contas de Depreciação Acumulada, em 2020, atingiu o valor de R\$ 145.005.505,62, conforme se demonstra no quadro 15. Destaca-se que são depreciados todos os bens adquiridos a partir de janeiro de 2010, com exceção dos bens cujo valor individual é inferior a mil reais.

Contas	31/12/2020	31/12/2019
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	145.005.505,62	126.611.056,29
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	119.942.892,01	107.336.215,04
(-) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10.758.227,95	8.854.504,03
(-) Equipamentos de Tecnologia da Informação	87.940.811,80	79.358.614,53
(-) Móveis e Utensílios	15.106.072,10	12.775.976,03
(-) Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	7.788,69	6.989,85
(-) Veículos	6.129.991,47	6.340.130,60
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	25.062.613,61	19.268.036,95
(-) Bens de Uso Especial	25.062.613,61	19.268.036,95
(-) Amortiz. Acum. Benfeitorias em Propriedades de	-	6.804,30

Quadro 15: Depreciação/Amortização Acumuladas.

No intangível, estão registrados softwares adquiridos ou desenvolvidos desde de janeiro de 2010, no valor de R\$ 118.902.863,17, cuja amortização acumulada é de R\$ 94.026.357,87. Os demais bens dessa natureza, referentes a períodos anteriores, ainda não foram identificados e avaliados para fins de registro.

As obrigações com vencimento a curto e longo prazo estão registradas nas contas do passivo. As primeiras se referem, sobretudo, a depósitos judiciais e precatórios do Estado e dos Municípios e as de longo prazo, a precatórios próprios.

A conta Valores Restituíveis totaliza R\$ 6.026.870.020,11. Os depósitos recebidos por determinação judicial são oriundos de partes processuais e se referem a processos que estão tramitando. Os depósitos para pagamento de precatórios foram preventivamente efetuados por entes públicos a fim de garantir os direitos dos credores pelo Tribunal de Justiça.

As cauções decorrem de garantias contratuais efetuadas por fornecedores. O detalhamento está demonstrado no quadro 16.

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Garantias	1.209.787,33	1.131.189,37
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	5.766.936.527,17	5.787.886.665,05
Depósitos para Pagamento de Precatórios do Estado	192.296.962,46	223.361.173,21
Depósitos para Pagamento de Precatórios de Município	66.421.884,65	74.659.145,15
Depósitos Diversos	4.858,50	68,27

Quadro 16: Valores Restituíveis

Da conta Depósitos Recebidos por Determinação Judicial, foram transferidos ao Poder Executivo e a Municípios do Estado de Santa Catarina outros valores da mesma conta, com base na Lei Complementar 151/2015 e na Lei 11.429/2006. Porém, decorrem de depósitos anteriormente realizados pelos respectivos Entes, conforme se demonstra no quadro 17.

Ente Federado	Saldo dos depósitos Judiciais (100%)	Valor da Transferência	Fundo de Reserva em 31/12/2020	% do Fundo de Reserva
Estado de Santa Catarina - Poder Executivo	377.923.410,82	284.955.459,39	94.850.596,43	25,10%
Município de Araranguá	4.417.980,54	3.092.586,40	1.374.628,32	31,11%
Município de Balneário Camboriu	26.991.411,00	18.893.987,31	7.985.062,27	29,58%
Município de Blumenau	36.150.276,25	25.406.054,56	10.985.626,11	30,39%
Município de Campos Novos	29.326.581,23	20.528.606,87	9.038.323,45	30,82%
Município de Chapecó	10.962.221,46	8.137.837,42	2.872.808,39	26,21%
Município de Criciúma	889.735,59	659.498,39	235.852,26	26,51%
Município de Florianópolis	9.788.596,69	6.854.748,45	3.293.792,61	33,65%
Município de Imbituba	697.805,98	488.464,13	203.929,88	29,22%
Município de Indaial	34.742,74	24.319,93	10.872,96	31,30%
Município de Joinville	17.012.420,98	11.908.694,69	5.198.153,61	30,56%
Município de Lages	1.563.931,39	1.094.752,05	517.739,73	33,11%
Total	515.759.114,67	382.045.009,59	136.567.386,02	26,47%

Quadro 17: Depósitos Judiciais dos Próprios Entes.

Também estão contabilizados, em contas redutoras do Passivo, os repasses (empréstimos) realizados ao Poder Executivo e a Municípios do Estado de Santa Catarina, nos termos da Emenda Constitucional 94/2016, conforme se demonstra no quadro 18.

Ente Federado	Processo Administrativo	Data da Transferência	Saldo Atualizado
Estado de Santa Catarina/PE	35090/2017	07/12/2017	738.134.285,85
Município de Araranguá	01183/2018	30/01/2018	3.366.827,04
Município de Chapecó	45608/2017	22/01/2018	16.779.541,34
Município de Criciúma	41670/2017	02/03/2018	17.700.554,62
Município de Florianópolis	01810/2018	30/01/2018	37.800.553,97
Município de Içara	47095/2017	20/12/2017	2.097.523,13
Município de Lauro Muller	04591/2018	27/07/2018	197.525,65
Município de Monte Carlo	43931/2017	20/08/2018	191.263,31
Município de Siderópolis	42755/2017	10/04/2018	1.188.842,70
Município de Tubarão	41482/2017	10/04/2018	12.980.025,55
Total			830.436.943,16

Quadro 18: Depósitos Judiciais de Terceiros.

Esses valores estão demonstrados no Balanço Patrimonial através de contas redutoras e se referem a depósitos realizados por terceiros decorrentes de decisão judicial. Por isso, os entes beneficiados deverão devolvê-los, atualizados, em parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2025, conforme determina a Lei Estadual 704/2017, art. 7º, Inciso II.

Os saques estão limitados a 80% (Lei 10.482/2002) e 70% (LC 151/2015/Lei 10.482/2002), mantendo-se um Fundo de Reserva, que vem sendo atualizado monetariamente em periodicidade mensal. Portanto, considerando os valores totais de depósitos judiciais em poder dos mencionados entes federados, que totalizam R\$ 1.212.481.952,75, o saldo da conta Depósitos Judiciais Ajustado é de R\$ 5.766.936.527,17. É importante salientar que os referidos recursos, liberados com base na EC 94/2016 e demais dispositivos legais, não foram depositados em contas dos Municípios e do Poder Executivo, mas transferidos para as contas especiais para pagamento de precatórios controladas pelo Poder Judiciário (<https://www.tjsc.jus.br/web/orcamento-e-financas/conversao-de-depositos-judiciais-em-pagamentos-de-precatorios>).

A conta Outras Obrigações a Curto Prazo, que em 2019 totalizava R\$ 10.579.802,20 e se referia ao *spread* sobre precatórios do Estado, que é o excedente dos rendimentos de aplicações financeiras, não apresenta saldo, haja vista que o valor foi transferido ao Poder Executivo para pagamento de precatórios.

No Patrimônio Líquido foram registrados, na conta 2.3.7.1.1.03.00.00, Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme se demonstra no quadro 19.

Descrição	Valores em R\$
Ajuste conta de obras em andamento, referente a construção do prédio da Casa da Cidadania de Victor Meirelles, já incorporado em edificações em 08/09/2011, registro patrimonial nº 010.749155.00.	252.203,46
Reclassificação entre contas, serviço de demolição com remoção e transporte no antigo fórum da Comarca de Joinville, empenhado e liquidado em 2008 e 2009 no elemento de despesa incorreto 44.90.51.	115.856,51
Reclassificação entre contas, referente pagamento de cópias no ano de 1999 para a Comarca de Joaçaba, empenhado no elemento de despesa incorreto 44.90.51.	329,69
Total	368.389,66

Quadro 19: Ajuste de Exercícios Anteriores

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo apresenta o resultado do período, considerando receitas (variações patrimoniais aumentativas) e despesas (variações patrimoniais diminutivas) pelo regime de competência. As variações estão divididas em quantitativas e qualitativas. O quadro 20 apresenta este demonstrativo referente aos exercícios de 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		Valores em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2.136.716.553,98	2.619.733.032,76	
Receita de Serviços	6.446.234,75	9.589.380,64	
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	39.909.234,10	106.176.407,50	
Transferências Intragovernamentais	2.050.010.965,37	2.471.306.570,62	
Outras Transferências e Delegações Recebida	22.537.879,20	26.915.035,75	
Ganhos com Incorporação de Ativos	331.842,43	1.050,00	
Ganhos com Alienação de Ativos	3.776,20	4.523,15	
Desincorporação de Passivos	5.681.064,78	1.591.427,63	
Multas Administrativas	10.668.397,78	118.762,22	
Indenizações e Restituições	1.127.159,37	2.770.326,44	
Fatos Geradores Diversos	-	1.259.548,81	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	2.198.113.993,53	2.639.541.595,60	
Pessoal e Encargos	1.689.442.101,41	1.604.462.499,95	
Remuneração a Pessoal	1.145.222.432,36	1.119.814.684,05	
Encargos Patronais	267.201.926,72	259.892.795,14	
Benefícios a Pessoal	140.157.801,51	121.466.927,06	
Outras Variações - Pessoal e Encargos	136.859.940,82	103.288.093,70	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	327.684.137,30	304.039.526,93	
Uso de Material de Consumo e Serviços	63.895.042,81	107.365.183,79	
Depreciação, Amortização e Exaustão	35.482.995,11	40.849.296,49	
Variações Monetárias e Cambiais	4.622,89	885.098,55	
Transferências e Delegações Concedidas	28.211.262,59	508.190.026,91	
Transferências Intragovernamentais	27.457.219,55	503.274.380,14	
Transferências Inter Governamentais	24.000,00	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	730.043,04	4.915.646,77	
Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.933.762,03	7.068.163,75	
Perdas com Alienação	-	2.424.767,32	
Perdas Involuntárias	-	974,00	
Desincorporação de Ativos	2.933.762,03	4.642.422,43	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.659,34	55.408,98	
Indenizações e Restituições	44.228.656,90	48.050.237,59	
VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos	6.203.753,15	18.576.152,66	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 61.397.439,55	- 19.808.562,84	

Quadro 20: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

As receitas patrimoniais (VPA) demonstradas na DVP, no total de R\$ 2.136.716.553,98, apresentam registros efetivos e permutativos entre receitas e despesas. Observa-se que a variação das receitas patrimoniais aumentativas (VPA), em relação a 2019, sofreram queda de 18%.

Destacam-se que as receitas com serviços decorrem de Taxas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, no valor de R\$ 3.913.420,61, Outros Serviços Administrativos, no valor de R\$ 93.287,74 e de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos, no valor de R\$ 2.439.526,40, totalizando R\$ 6.446.234,75.

As receitas oriundas de rendimentos de aplicações financeiras totalizaram R\$ 39.909.234,10, enquanto no exercício anterior, o valor arrecadado foi de R\$ 106.176.407,50, representando uma queda de 62%.

A conta com valor mais relevante é a de transferências intragovernamentais, que representa 96% das receitas totais, cujo detalhamento está descrito no quadro 21.

Descrição	2020	2019	Perc.
Participação na Receita Líquida Disponível	1.716.077.176,38	1.695.622.127,87	1,2%
Cotas ref. indenizações e restituições	1.004.443,68	2.763.435,14	-63,7%
Descentralização de recursos para pagamento de inativos	312.016.621,07	291.415.719,29	7,1%
Transf. para pagamento de precatórios do Estado	10.532.102,20	260.529.385,34	-96%
Transferências entre contas bancárias	10.380.622,04	220.975.902,98	-95,3%
Total –	2.050.010.965,37	2.471.306.570,62	-17%

Quadro 21: Transferências intragovernamentais.

Observa-se que os recursos recebidos do IPREV (Descentralização para pagamento de inativos) sofreram acréscimo de 7%, devido ao aumento das despesas com benefícios previdenciários. O valor referente a precatórios em 2020 sofreu redução de 96%, porque o saldo existente no Tribunal em 2019 foi transferido para recursos de terceiros, na fonte extraorçamentária, tendo em vista que sua execução orçamentária passou a ser de responsabilidade do Poder Executivo, restando um valor residual transferido em 2020. Essa operação também gerou impacto nas transferências entre contas bancárias.

A participação na Receita Líquida Disponível (RLD) do Estado aumentou 1,2% em relação ao exercício anterior e os valores recebidos mensalmente estão descritos no quadro 22:

Receita Líquida Disponível	Valores em R\$		
Período	2020	2019	Perc.
Janeiro	164.780.885,85	154.871.414,15	6,4%
Fevereiro	156.942.198,13	147.081.939,98	6,7%
Março	156.239.676,45	144.371.235,34	8,2%
Abril	143.003.768,18	134.166.081,75	6,6%
Mai	116.292.999,43	139.962.903,96	-16,9%
Junho	109.540.848,96	140.202.049,30	-21,9%
Julho	120.505.353,10	136.949.616,47	-12,0%
Agosto	141.834.551,10	131.614.322,39	7,8%
Setembro	144.887.683,02	140.420.578,50	3,2%
Outubro	149.724.594,04	141.362.806,41	5,9%
Novembro	160.714.356,39	140.398.288,37	14,5%
Dezembro	151.610.261,73	144.220.891,25	5,1%
Total	1.716.077.176,38	1.695.622.127,87	1,2%

Quadro 22: Participação na RLD

As receitas com incorporação de ativos, referem-se a doação de obras de arte para a Comarca de Tubarão (R\$ 300.000,00) e para a Sede do TJ (30.000,00); reincorporação de mobiliário no valor de R\$ 1.842,43, totalizando R\$ 331.842,43.

A conta multas administrativas sofreu aumento de 8.883% devido ao registro de receita proveniente de multas pecuniárias do sistema judicial no valor de R\$ 10.242.668,00 (repassados ao Poder Executivo por Convênio) e multas contratuais, no valor de R\$ 425.729,78, totalizando R\$ 10.668.397,78.

As indenizações e restituições sofreram queda de 60% em relação a 2019, porque naquele exercício houve ressarcimento oriundo do SC Saúde em virtude de recolhimento a maior da Contribuição. O valor de R\$ 3.776,20 se refere ao ganho na alienação por leilão de veículos, em outubro de 2020.

As variações patrimoniais diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais, apresentadas na DVP, totalizaram R\$ 2.198.113.993,53, conforme demonstrado no quadro 20. Verifica-se que o resultado patrimonial do período foi negativo em R\$ 61.397.439,55, pois as despesas patrimoniais superam as receitas patrimoniais em 3%. No exercício anterior, esse percentual foi de 1%. As despesas mais expressivas com pessoal e encargos, representando 77% do total. Os benefícios previdenciários respondem por 15% das despesas e materiais de consumo e serviços, por 3%.

As despesas intergovernamentais no valor de R\$ 24.000,00 se referem à adesão do Poder Judiciário ao Conselho dos Tribunais de Justiça.

A desincorporação de ativos, no valor total de R\$ 2.933.762,03, é oriunda da baixa de bens móveis, no valor total de R\$ 2.311.467,89, e bens intangíveis baixados por incorporação indevida, no valor de R\$ 622.294,14 (PA-SEI: 10093-22.2019 e 11370-39.2020).

Destacam-se as VPDs de depreciação e amortização de bens, no valor total de R\$ 35.482.995,11, tendo em vista que decorrem dos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010 e que ainda não passaram por nova avaliação. Esse montante seria superior, se estivessem sendo depreciados os bens móveis e imóveis reavaliados em 2015.

3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

Esta demonstração apresenta as entradas e saídas financeiras durante os dois últimos exercícios. Os fluxos estão segmentados em atividades operacionais e de investimentos, conforme se demonstra no quadro 23. Nesse demonstrativo estão incluídos somente os recursos orçamentários.

FLUXOS DE CAIXA		Valores em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	2.096.591.101,57	2.326.652.179,17	
Receita Patrimonial	2.439.526,40	6.054.374,40	
Receita de Serviços	3.913.420,61	3.535.006,24	
Remuneração das Disponibilidades	39.904.618,52	106.176.407,50	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.854.672,87	124.749,63	
Outros ingressos operacionais	2.039.478.863,17	2.210.761.641,40	
Desembolsos	2.153.043.807,81	2.552.807.372,85	
Pessoal e demais despesas	1.876.599.722,34	1.819.068.956,00	
Transferências concedidas	249.991.309,60	243.759.574,05	
Outros desembolsos operacionais	26.452.775,87	489.978.842,80	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-56.452.706,24	-226.155.193,68	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	388.716,20	892.445,26	
Alienação de bens	388.716,20	892.445,26	
Desembolsos	9.742.158,30	15.308.995,25	
Aquisição de ativo não circulante	9.252.489,55	13.070.614,75	
Outros desembolsos de investimentos	489.668,75	2.238.380,50	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-9.353.442,10	-14.416.549,99	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	280.157.696,58	520.729.440,25	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	214.351.548,24	280.157.696,58	
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		2020	2019
Intragovernamentais		249.967.309,60	243.759.574,05
Outras transferências concedidas		24.000,00	-
Total das Transferências Correntes Concedidas		249.991.309,60	243.759.574,05
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
ESPECIFICAÇÃO		2020	2019
Judiciária		1.564.583.101,27	1.527.653.236,71
Previdência Social		312.016.621,07	291.415.719,29
Total Desembolsos Pessoal e Demais Despesas por função		1.876.599.722,34	1.819.068.956,00

Quadro 23: Demonstração do Fluxo de Caixa.

Observa-se que, em 2020, o ingresso de recursos foi inferior ao desembolso. Assim, o resultado líquido das atividades operacionais ficou negativo em R\$ 56.452.706,24. No exercício anterior, esse resultado foi negativo em R\$ 226.155.193,68. Apesar de ter ocorrido o ingresso de recursos de

investimentos em 2020, no valor de R\$ 388.716,20, os desembolsos atingiram R\$ 9.742.158,30, dos quais 95% foi utilizado na aquisição de bens móveis, resultando um fluxo de caixa líquido negativo de R\$ 9.353.442,10.

Verificou-se que a geração líquida de caixa, em 2017, foi positiva em 317,5 milhões, mas, em 2018, 2019 e 2020, foram respectivamente negativas em R\$ 212, R\$ 240,6 e R\$ 65,8 milhões. Ressalta-se que o saldo financeiro ao final de 2017 era de R\$ 732 milhões; em 2018, R\$ 520,7 milhões; 2019, R\$ 280 milhões e em 2020, R\$ 214,3 milhões, representando uma redução de aproximadamente 70% entre 2017 e 2020.

4 Conformidade Contábil

A conformidade contábil é realizada diariamente, sendo parte integrante das atividades sob a responsabilidade das equipes da Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- **Conformidade de Gestão:** foram emitidos 17.227 documentos durante o exercício de 2020. Porém, o relatório informa que os documentos que dão sustentação aos registros contábeis não foram analisados. Nesse sentido, informa-se que a conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesas e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte da rotina diária das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após a regularidade da documentação. Tratam-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferenciada da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- **Obrigações Acessórias:** todas as obrigações acessórias do FRJ e do TJSC foram cumpridas integralmente utilizando o CNPJ do TJSC, tanto as municipais quanto as federais. São apresentadas mensalmente declarações fiscais de retenção e substituição de ISSQN a 112 municípios do Estado de Santa Catarina. A GFIP é entregue na mesma periodicidade. São entregues ainda a DCTF sem movimento e DIRF, no Mês de fevereiro e arquivos de retificação quando necessário.
- **PASEP:** as obrigações decorrentes do pagamento do Pasep são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do Pasep sob a responsabilidade do FRJ são encaminhados ao Tesouro do Estado, por Descentralização Financeira, o qual efetua o recolhimento de forma centralizada;
- **Conciliação Bancária:** a conciliação bancária é realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não havendo diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários. No entanto, há pendências no relatório de conciliação bancária relacionadas a registros contábeis de débito e crédito sem lastro no extrato bancário. Essas pendências não representam irregularidades, sendo sanadas através de ajustes, que é uma rotina do sistema, e serão solucionadas no exercício seguinte.

5 Declarações de Regularidade de Inventário

As declarações de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado e físico de bens móveis permanentes foram apresentadas com ressalvas, haja vista a existência de inconsistências ou irregularidades. As providências estão sendo tomadas administrativamente, conforme informações extraídas desses documentos.

ELLEN WHITE BAIENSE CONCENÇO
Contadora do Tribunal de Justiça
CRC/SC 021875